

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





Fabiana Pulcineli

fabiana.pulcineli@opopular.com.br

Conselheiro do TCE pede apuração de contrato

GOIÁS PARCERIAS Escritório de advocacia de Taquaral foi contratado sem licitação; prática foi apontada em contratos do Detran e Agehab

Responsável pela fiscalização das contas da Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás (Goiás Parcerias), o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) Edson Ferrari solicitou à Secretaria de Controle Externo a apuração do contrato de escritório de advocacia da estatal. O POPULAR revelou na sexta-feira que há uma série de suspeitas de irregularidades na contratação, o que levou à ordem de destituição da diretoria da Goiás Parcerias.

Em sessão de quarta-feira do tribunal, Edson Ferrari chamou atenção sobre os contratos da Goiás Parcerias e de outras duas estatais – Departamento de Trânsito (Detran-GO) e Agência de Habitação (Agehab) –, das quais ele também é relator. O conselheiro aponta falhas na publi-

cidade e possíveis ilegalidades. “São três órgãos que estão desconhecendo o devido processo licitatório. Nos últimos dois, três meses, tive a infelicidade de me deparar com esses processos.”

Edson Ferrari pediu que os demais conselheiros e a direção do TCE-GO se atentem a esses fatos. “Não se pode, em pouco tempo, três polos de suma importância na estrutura governamental estarem desconhecendo o devido processo licitatório para contratações até de somas vultosas. Com burla, a meu ver, da (Lei nº) 8.666/1993, que estabelece critérios”, afirmou.

No caso específico da Goiás Parcerias, o TCE-GO informou, por meio da assessoria de comunicação, que os documentos estão em análise e que ainda não é possível antecipar medidas ou resultados. Ao defender a contratação, o ex-presidente da Goiás Parcerias Eduardo Macedo disse ao POPULAR no sábado que o TCE-GO vai comprovar a ausência de irregularidades.

O escritório de advocacia Silva Sociedade Individual, que tem endereço registrado em Taquaral de Goiás, mas não funciona no local, foi contratado em maio pelo valor de R\$ 402 mil, sem licitação e com “adiantamento” de R\$ 102 mil.

Edson Ferrari lembrou na sessão que suspendeu no início do mês o credenciamento instaurado pelo Detran para selecionar prestadores de serviços para leilão on-line de veículos apreendidos ou removidos e não reclamados pelos proprietários.



São três órgãos (Goiás Parcerias, Detran e Agehab), que estão desconhecendo o devido processo licitatório”

Edson Ferrari,
conselheiro do TCE



Comissão desiste de ouvir Marconi

CPI DA ENEL Segundo o presidente Henrique Arantes (PTB), também autor do requerimento que cancelou o convite ao ex-governador, motivo da venda da Celg não é foco dos trabalhos

Bruna Aidar
bruna.aidar@opopular.com.br

Pela segunda vez, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a Enel na Assembleia Legislativa cancelou, ontem, a convocação do ex-governador Marconi Perillo (PSDB), que comandava o Estado quando a antiga Celg-D foi privatizada e a distribuição de energia, concedida à empresa italiana. De autoria do presidente da CPI, deputado estadual Henrique Arantes (PTB), o requerimento foi aprovado com os votos dele e dos outros dois parlamentares que estavam na sessão, Diego Sorgatto (PSDB) e o relator Cairo Salim (Pros).

Como já vinha defendendo publicamente, Henrique reforçou que não via necessidade na convocação não só de Marconi como também dos ex-governadores José Eliton (PSDB) e Maguito Vilela (MDB) – que teve sua oitiva cancelada em maio. “Acho que é sair do foco. O objetivo é a prestação de serviço, a falta de qualidade.”

“Escutar governador explicar o motivo pelo qual vendeu

ou não a Celg não é o foco. Os técnicos da CPI (servidores do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas dos Municípios, cedidos à comissão) passaram um pente fino nos contratos e não acharam nenhuma irregularidade. Foi um mau negócio, um acordo mal feito entre o Estado e a Eletrobras, primeiramente, e depois com a Enel. Mas aconteceu. É igual quando você vende um carro que vale R\$ 30 mil por R\$ 20 mil porque você tem pressa – foi o que Estado fez. Mas ilegalidade não houve, pelo menos não encontramos nenhuma”, destacou Henrique.

Futuramente, ressalva o presidente, caso os novos andamentos apontem a necessidade de convocar Marconi, a CPI pode aprovar novo requerimento para fazer a oitiva. Conforme mostrou o *Giro* na segunda-feira (23), havia a previsão de que ele fosse ouvido em 10 ou 11 de outubro.

Segundo Henrique, a comissão entra agora em uma fase, focada em aumentar investimentos e resolver os problemas levantados durante os trabalhos. A próxima reunião da CPI, na terça-feira (1º), aliás, deve ser



Marconi Perillo (PSDB): antes de ser cancelada, oitiva havia sido adiada

na sede da Enel, com o presidente da companhia, José Luiz Salas, para apresentar demandas colhidas nas audiências públicas que os deputados realizaram até agora.

Em agosto, ao firmar um termo de compromisso com a Enel para melhorias no serviço, o go-

verno estadual se comprometeu a ajudar a companhia na CPI, para conduzir os trabalhos no sentido de implementar os compromissos assumidos.

Questionado se o compromisso teve algo a ver com a nova fase dos trabalhos, Henrique negou: “Estamos 100% alheios ao

acordo, não participamos de nenhuma reunião, sequer fomos convidados. Essas decisões foram por conta do entendimento da própria CPI”.

CONTRAPONTO

Autor dos requerimentos para ouvir ex-gestores na CPI, o deputado Alysson Lima (PRB) disse ter sido pego “de surpresa” pela notícia do cancelamento do depoimento. “A informação que eu tinha é de que se tratava de uma audiência pública, não de uma sessão. Durante toda a CPI achei muito importante ouvirmos o Marconi. Aquele episódio em que a Caixa sinalizou um empréstimo pro Estado na época, com prazo dilatado, para salvar a companhia, até hoje não foi explicado. Por que o governo teve todas as condições de poder salvar a Celg e não quis?”, questionou.

“Esse clima de apaziguamento com a Enel eu acho perigoso, acho nocivo, já alertei os deputados. Sou contra. Está prevista uma reunião entre os integrantes e a empresa, não vou participar. Objetivo de CPI não é esse. É fazer provocação até o fim.”



GIRO



**Caio Henrique
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br

Tempo

O Ipasgo reduziu em um mês o prazo de pagamento para prestadores de serviços credenciados como pessoa física. Após quitar mais de R\$ 500 milhões em dívidas, o presidente do órgão, Silvio Fernandes, anunciou o cumprimento da meta em reunião com CRO e Cremego. Para pessoa jurídica, o mesmo vai valer nos próximos meses.

Caixa

A Assembleia Legislativa realizará, no dia 2 de outubro, em Aparecida de Goiânia, leilão de 12 veículos, incluindo nove sedans, sendo três de luxo e uma pickup de pequeno porte. Considerando os lances iniciais, a Casa, que renovou recentemente sua frota com novo contrato de aluguel, pretende arrecadar pelo menos R\$ 200 mil.



Processo de transição para nova OS no Hugo é suspenso

IMPASSE Organização social que ganhou chamamento, INTS iria assumir o hospital no dia 1º de outubro, mas decisão da Secretaria de Saúde paralisou a mudança

Thalys Alcântara
thalys.alcantara@opopular.com.br

A transição da gestão do Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo) foi suspensa pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Goiás (SES-GO). A unidade passaria da Organização Social (OS) Instituto Haver para a balana Instituto Nacional de Tecnologia e Saúde (INTS) na próxima terça-feira, dia 1º de outubro. Procurada pela reportagem, a pasta não informou o motivo da medida até o fechamento desta edição.

Com a suspensão, o processo seletivo para cerca de 300 novos profissionais de saúde da INTS também está paralisado. Segundo a OS, a SES-GO suspendeu a transição e "reabriu prazo para recursos no processo de chamamento e desclassificação de OS que não havia alcançado nota mínima no certame".

Não é a primeira vez que ocorre impasses na transição do Hugo. O processo seletivo de escolha do INTS para gerir a unidade chegou a ser suspenso por uma decisão judicial liminar, mas uma nova decisão cancelou essa suspensão no dia 6 de setembro. A transição de uma gestão para a outra, que era prevista inicialmente para agosto, já havia sido adiada para 1º de outubro por questão de tempo hábil.

Além disso, o edital de contratação de novos funcionários da INTS estava sendo questionado. O Sindicato dos Médicos no Estado de Goiás (Simego) chegou a orientar que a categoria não aceitasse as vagas ofertadas. Enquanto isso, o destino de 1.300 funcio-

rios da Saúde contratados pela atual OS da unidade, Instituto Haver, ainda é incerto.

SALÁRIOS

Em vídeo publicado nas redes sociais, a presidente do Simego, Francine Leão Rodrigues Acar Pereira, chama os salários oferecidos pelo INTS de "aviltantes" e "desrespeitosos". "Orientamos vocês do nosso sindicato que não aceitem. Aguardem as nossas orientações e negociações sindicais", orienta no comunicado. De acordo com ela, os salários de médicos oferecidos estão 50% abaixo do mercado.

Segundo o site da INTS, o processo seletivo iria selecionar diversas categorias, como médicos, psicólogos e enfermeiros, para formar um cadastro reserva. No entanto, a OS não esclarecia se esses funcionários iriam substituir os atuais, nem quantos seriam no total. É informado apenas que seriam contratados cerca de 300.

Reuniões entre representantes das duas OSs, do Ministério Público e da Secretaria Estadual de Saúde vinham tentando solucionar o impasse sobre o destino dos funcionários.

"O impasse é quanto ao número de profissionais da saúde que serão dispensados, quantos terão sucessão trabalhista em seus contratos e quanto à contratação de médicos", explica a procuradora do trabalho Milena Cristina Costa, que participa dos encontros.

Segundo Milena, o Ministério Público do Trabalho (MPT) passou uma recomendação ao INTS para que o processo seletivo de

contratação de médicos seja por pessoas físicas e não por pessoas jurídicas.

Outra preocupação com a nova gestão do Hugo era em relação aos serviços de transfusão e tomografia. Segundo o "quadro de metas médicas" do INTS para o Hugo, são previstos serviços de tomografia e transfusão no período noturno somente "sob breaviso". Atualmente, esses serviços são disponíveis integralmente a qualquer momento. Para a presidente do Simego, isso pode prejudicar a qualidade do serviço oferecido no Hugo. A reportagem questionou o INTS sobre essa mudança, antes do anúncio da suspensão da transição, mas não obteve resposta.

Uma nota conjunta do Simego e do Sindicato dos Enfermeiros de Goiás (SIEG) feita após uma ronda no Hugo, diz que as incertezas administrativas estão fazendo com que os profissionais de Saúde da unidade trabalhem no limite de suas condições éticas e profissionais. A nota elogia o trabalho da equipe do hospital e aponta que o Hugo diminuiu sua mortalidade nos últimos anos, nas últimas duas gestões de OSs. O documento aponta ainda que a falta de diálogo do INTS com os trabalhadores estaria provocando angústia.

1.300

funcionários do Hospital de Urgências de Goiânia estão com futuro incerto com a mudança de gestão da unidade



Indefinição na gestão do Hugo gera preocupação entre funcionários

Funev ganha direito de assumir Huana

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO) deu decisão favorável para a Organização Social (OS) vencedora para assumir a gestão do Hospital de Urgências de Anápolis Dr. Henrique Santillo (Huana), a Fundação Universitária Evangélica (Funev). A entidade conseguiu se manter no processo seletivo com uma decisão judicial liminar e aguardava o julgamento definitivo para poder assumir a unidade.

Durante o processo de seleção da OS que iria assumir a Huana, a Funev foi desclassificada por não possuir qualificação para a área de Saúde. A entidade chegou a ter uma qualificação estadual prevê uma qualificação específica.

Segundo a defesa da Funev, a entrada com a documentação para conseguir essa nova qualificação exigida foi feita no mês de abril deste ano, mas as inscrições para o chamamento do Huana eram em maio.

Sem estar com a documentação garantida, a organização social acionou o Judiciário para continuar no processo seletivo e ganhou uma decisão liminar. Como a Funev ganhou o processo, a transição da gestão da Huana estava parada, enquanto o caso não era julgado.

Na argumentação da decisão favorável para a Funev é dito que é preciso evitar "exigências ou rigorismos inúteis" e que quanto mais entidades participarem processo é melhor. Além disso, segundo o argumento, como a OS foi vencedora do certame, deve-se "privilegiar a supremacia do interesse público sobre a lei editalícia".

"Não se mostra razoável e coerente, excluir do certame o concorrente que, a despeito de vício já sanado (decreto de habilitação em OS em saúde) ofereceu a melhor técnica, ainda mais se tratando de gestão de hospital estadual que notoriamente vem enfrentando crise financeira", diz trecho do voto da decisão.



Fio Direto

SUELY ARANTES

Plataforma do TCE vai permitir autoavaliação da estrutura de controle interno de todo o Estado

- A estrutura do sistema de controle interno da administração pública em Goiás será avaliada a partir de uma plataforma criada pelo Tribunal de Contas do Estado e que será demonstrada durante treinamento no dia 3 de outubro.
- Devem participar dois representantes de cada um dos 55 órgãos jurisdicionados ao TCE-GO, incluindo os chefes dos poderes e órgãos autônomos, gestores de fundos especiais, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista sob o controle acionário do Estado.
- As inscrições devem ser feitas pelo aplicativo de cursos e eventos no site do Tribunal (Sophos) até segunda-feira, 30 de setembro, e o encontro será dividido em duas capacitações, nos períodos matutino e vespertino, do dia 3 de outubro, quinta-feira, na sede do TCE-GO.
- Entre as finalidades do sistema estão avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos, comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.



Caiado e FNDE se unem para retomar obras paradas

Em reunião com o governador, novo presidente do Fundo garante empenho para acabar com o quarto turno, no Entorno de Brasília, e para retomada de obras paralisadas na rede estadual de ensino

Helton Lenine

Sintonia total entre o Governo de Goiás e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com objetividade e eficiência na Educação. Esse foi o pedido do governador Ronaldo Caiado, juntamente com a secretária de Estado da Educação, Fátima Gavioli, e o Secretário-Chefe da Secretaria-Geral de Governo do Estado de Goiás, Fábio Cammarota, ao receber, ontem, em Goiânia, o novo presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o advogado goiano Rodrigo Sérgio Dias, nomeado para o cargo no último mês de agosto.

“Queremos transmitir nosso muito obrigado ao apoio que nós estamos tendo no FNDE para ampliarmos as construções das nossas salas de aula, para acabar definitivamente com o 4º

turno no Entorno de Brasília, ampliar a nossa qualidade e também as reformas das nossas escolas, tudo isso com o apoio do Governo Federal, aqui trazido pelo doutor Rodrigo, em nome do ministro e também em nome do presidente Jair Bolsonaro”, afirmou o governador ao final do encontro, que já trouxe resultados.

O novo presidente do FNDE afirmou que o governador lhe passou uma impressão muito resolutiva, afinado com o presidente da República, Jair Bolsonaro, e com o ministro da Educação, Abraham Weintraub. Rodrigo se colocou à disposição dos gestores goianos. “O Governo Federal vai enviar todos os esforços para que Goiás possa ser referência na Educação nacional. A principal demanda é que agente acabe com o 4º turno no Entorno do Distrito Federal e que as crianças tenham educação de qualidade em toda a região.”



Governador Ronaldo Caiado, Fátima Gavioli e Rodrigo Dias: valorização da Educação em Goiás

Animada com o novo aliado na esfera federal, Gavioli afirmou que Goiás tem sido prestigiado pelo FNDE com o envio de recursos financeiros. “Rodrigo acaba de divulgar que, ainda nesta semana, ele está repassando mais R\$ 42 milhões para melhoria das escolas, com os quais daremos andamento a obras e quadras paralisadas. Estas fazem parte do PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] e infelizmente não têm

recurso financeiro, mas eles vão buscar verba através da Petrobras, com o dinheiro que está sendo devolvido da Lava Jato”, animou-se.

PERFIL

Natural de Goiânia, Rodrigo Sérgio tem 35 anos. É graduado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, em 2008, e pós-graduado em Direito Eleitoral pela Escola Paulista de Direito, em 2012.

Na bagagem profissional, o advogado acumula experiência em diversos cargos no serviço público.

Já atuou como presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), como diretor administrativo financeiro e presidente do conselho de administração da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô-SP) e ainda como assessor técnico e como secretário parlamentar na Câmara dos Deputados.



A medida, solicitada pela Secretaria de Economia, foi acolhida pela PGE e tem objetivo de arcar com os custos da Universidade Estadual de Goiás

Projeto vai destinar R\$ 7,8 mi à UEG

Daniell Alves

Novo projeto pode reverter a crise da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Trata-se de uma abertura de créditos que serão destinados à Instituição, no valor de R\$ 7,8 milhões. O texto foi aprovado pela Comissão Mista da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), mas ainda precisa ser passar por duas etapas de discussão e votação do Plenário da Alego. Após isso, deve seguir para sanção do governador Ronaldo Caiado.

A medida, solicitada pela Secretaria de Economia, foi acolhida pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE-GO) e tem objetivo de arcar com os custos da Universidade. Caso o projeto seja aprovado, os recursos aplicados serão retirados de valores reservados para custeio de despesas ordinárias e do Tesouro Estadual.

Conforme descrito no texto, o investimento será destinado aos encargos especiais, administração institucional e infraestrutura, despesas correntes,

Solicitado pela Secretaria de Economia do Estado, o projeto prevê abertura de créditos para manter os custos da Instituição

fortalecimento das políticas de extensão, assuntos estudantis e qualificação da pesquisa de graduação e pós-graduação.

Destes R\$ 7,8 milhões, R\$ 2,4 milhões devem ser direcionados para o Programa Consolidação de Qualidade Acadêmica da UEG, provenientes de despesas ordinárias, para que sejam feitos os trabalhos administrativos e manutenção da infraestrutura, como reparos e ajustes.

O projeto esclarece que “após a abertura dos créditos especiais autorizados nesta Lei, fica autorizada a sua suplementação, desde que sua indicação de recurso seja proveniente da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias que atenderiam outras despesas”. A votação foi conduzida na última quarta-feira (25) pelo vice-presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ), deputado

Karlos Cabral (PDT).

O relator do documento, deputado estadual Virmondes Cruvinel (Cidadania), diz que a expectativa deste ano é de que o montante repassado gire em torno dos R\$ 260 milhões. Ele explica que o crédito suplementar é uma forma do poder Executivo acrescentar recursos em algumas áreas. “Será utilizado em investimentos, custeio e capacitação dentro da própria universidade, já contemplando o compromisso do governo em dar sequência de apoio total e garantia de recurso para a Universidade”, informa.

PEC da Educação reduziu verba da UEG

Com a aprovação da PEC da Educação, no último mês, a UEG começou a ter uma verba menor, já que deixou de possuir um orçamento exclusivo de 2% de todo a arrecadação.

Agora, a instituição está dentro da receita de 25% que o governo precisa, por lei, para investir no ensino público.

A emenda foi proposta pelo líder do governo na Alego, Bruno Peixoto (MDB) e integra o texto da PEC, feita pelo deputado estadual Vinícius Cirqueira (Pros). A UEG começa a dividir os recursos que são repassados para a manutenção de toda a rede de ensino básica, profissional e superior de todo o Estado.

O objetivo foi acrescentar ao percentual definido na Carta Magna da República para aplicação na Educação os valores aplicados também no Ensino Superior e na UEG. A medida permite, assim, a utilização de recursos federais na universidade que é estadual. “É importante frisar que há a imperiosa necessidade de se trazer à realidade financeira do Estado à

baila e não mais promover o “faz de conta” acontecido ao longo dos últimos anos até que culminasse no parecer pela rejeição das contas do exercício de 2018”, diz o texto do projeto.

A alteração nos percentuais de gastos com a Educação foi devido à situação de calamidade financeira de Goiás, avaliou o deputado estadual Bruno Peixoto (MDB), quando o projeto foi aprovado. “O Estado de Goiás vive seu pior momento financeiro, com estado de calamidade financeira reconhecido por esta Casa, corre o risco de acumular um gigantesco passivo que trará imensuráveis danos à gestão pública, pois tal recomposição somase ao percentual vinculado para o exercício do ano de 2019, por isso temos que acabar com essa situação de faz de contas sobre o que se investe em Educação e não haverá perdas para nenhuma das áreas”, justificou. **(Daniell Alves é estagiário do Jornal O Hoje sob orientação do editor de Cidades Rhudy Crysthian)**



Goinfra para inícios de obras na sinalização da GO-330, entre Pires do Rio e Ipameri

A sinalização deve ser colocada nos quilômetros 116 e 133 para que os trafegantes saibam sobre a situação estrutural da rodovia



Joao Paulo Alexandre

Do Mais Goiás | Em: 26/09/2019 às 19:36:13



O Tribunal de Contas do Estado (TCE) concedeu dez dias à Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) para fazer a sinalização horizontal e vertical da GO-330. De acordo com a medida cautelar, os trechos que devem ser reparados são os quilômetros 116 e 133, entre Pires do Rio e Ipameri. Na mesma decisão, ficou acertada a recuperação de aterros nos mesmos pontos, mas com o prazo de 45 dias.

Em abril deste ano, o conselheiro Sebastião Tejota já havia determinado que a empresa avaliasse a necessidade de interdição da rodovia no referido trecho. Além disso, também já havia sido determinado um prazo para que os problemas de sinalização e erosão fossem sanados.

De acordo com Sebastião, o trecho entre Pires do Rio e Catalão faz parte do 16º Lote do Programa Rodovia Manutenção. A Goinfra tinha informado ao TCE que a empresa responsável pelos serviços de conservação rotineira paralisou a execução do contrato em agosto de 2018. E, em seguida, decidiu mesmo decidiu por reincidir o acordo. Segundo o Tribunal, sobre as erosões a empresa disse que “as mesmas estavam sendo monitoradas desde o início de 2019, no período chuvoso e pouco evoluíram. Informou também que os locais estavam sinalizados com placas de sinalização refletiva.”

Apesar disso, o TCE constatou que não houve nenhuma intervenção nos quilômetros. E, por isso, propôs que fosse instaladas as sinalizações horizontais e verticais ostensivas imediatamente, de forma que os trafegantes tenham conhecimento do risco. “Sob pena de que esta conduta omissiva da Goinfra resulte em graves acidentes.”

O Mais Goiás entrou em contato com a Goinfra, mas não recebeu resposta até a publicação desta matéria.

Decisão do TCE não é exclusividade

Essa não é a primeira vez que a GO-330 é alvo de decisões para recuperação. Em março, a Goinfra foi condenada a indenizar em R\$ 20 mil um casal que sofreu um acidente na via, em 2016. De acordo com a decisão, a mulher e o marido seguiam pela rodovia no sentido Urutaí-Ipameri quando se acidentaram.

A condutora foi surpreendida por vários buracos nos asfaltos da GO e, ao cair em um deles, perdeu o controle da direção, bateu em um barranco e o carro capotou. O casal alegou que a culpa era exclusiva do Estado, já que não conservou a estrada.

No mês seguinte, o juiz José dos Lemes acatou uma ação movida pelo Ministério Público de Goiás (MP-GO) e determinou a reforma da pista de rolamento da rodovia nos trechos entre Pires do Rio-Urutaí e Urutaí-Ipameri. À época, a previsão era que as obras fossem iniciadas em 30 dias e que durassem seis meses.

No caso de descumprimento, ficou fixado o pagamento de multa diária de R\$ 10 mil. Foram destacados na decisão que o asfalto da GO-330 tem se deteriorado constantemente e que levava à formação de grandes buracos na via. Isso, seguindo a decisão, teria causado diversos acidentes.

Na mesma rodovia, no trecho entre Orizona e Pires do Rio, a Justiça voltou a determinar que a Goinfra realizasse a recuperação da rodovia. Na decisão, mais uma vez, ficou acertado que a empresa pagasse o valor de R\$ 50 mil ao presidente da pasta, limitado até R\$ 500 mil.

Novamente, a ação foi proposta devido ao péssimo estado de conservação do asfalto da via e o excessivo números de buracos. Ainda consta no documento que a estrada é muito importante para as cidades que cortam e que nela trafegam veículos de cargas, escolares, ambulâncias e veículos de passeio.

Economia

Goiás trabalha em marcos normativos para amenizar os impactos previdenciários no Estado

26/09/2019 15:42 --- Por Elisama Ximenes ---

Secretaria da Economia vem trabalhando nesse sentido desde janeiro com Paulo Tafner. Ideia é reduzir déficit em R\$ 1,8 bilhão em dez anos



Foto: Fernando Leite/Jornal Opção

A secretária da Economia, Cristiane Schmidt, falou ao Jornal Opção que desde janeiro vem trabalhando com Paulo Tafner, que é um dos maiores economistas e especialistas em previdência do País, para a construção de uma reforma da Previdência em Goiás, nos dois casos: se a reforma Federal não tiver efeito para Estados e municípios e, também, se tiver.

Ela argumenta que o assunto é extremamente relevante para o Estado voltar a respirar fiscalmente e será devidamente debatido com a sociedade, na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego).

Os primeiros textos devem chegar à Assembleia assim que os projetos que tramitam no Senado referentes à reforma Federal sejam aprovados. Segundo a titular, se não houver mudanças no sistema previdenciário em Goiás, o déficit em dez anos será de R\$ 6 bilhões, completamente incompatível com o crescimento esperado da receita.

Dado que preocupa, observando-se que em 2018 o déficit previdenciário foi de R\$ 2,4 bilhões e em 2019 pode chegar a R\$ 2,9 bilhões. O objetivo com as reformas é que essa previsão da década caia para R\$ 4,2 bilhões, em vez de R\$ 6 bilhões, trazendo uma economia de R\$ 1,8 bi.

“Não podemos tergiversar, se queremos um Estado mais promissor, equilibrado fiscalmente e entregando boas e consistentes políticas públicas para os 7 milhões de cidadãos goianos”

“Portanto é imprescindível fazermos uma reforma estadual, pensando no longo prazo, se não, o governo quebra. Isso não significa que o déficit termina ou diminua, mas precisamos fazer o nosso dever de casa para amenizá-lo sabendo que, ainda assim, isso poderá não ser suficiente no futuro”, explicou.

Schmidt ressalta que a despesa com inativos e ativos no Estado, em relação a receita líquida tributária (RLT), representa mais de 80% e as despesas obrigatórias, mais do que a totalidade da RLT. Este fato inviabiliza investimentos em políticas públicas em Goiás. “Por isso, além da reforma, temos realizado outras medidas de aperto fiscal”, destacou.

Em novembro de 2019, deverá ocorrer o leilão do pré-sal pelo governo federal e os Estados devem obter um determinado montante — a cessão onerosa. “Apesar de ser uma notícia positiva, um valor fixo não resolve problemas estruturais, de fluxo de caixa, como existe em Goiás”, diz Schmidt.

A cessão onerosa é o procedimento pelo qual o governo garantiu à Petrobras o direito de explorar por 40 anos uma área do pré-sal por contratação direta, sem licitação. Em troca, a empresa antecipou o pagamento de R\$ 74,8 bilhões ao governo. Com a descoberta posterior de um volume maior do combustível fóssil na região, o valor foi ajustado para cerca de R\$ 70 bilhões, por conta da desvalorização do preço do barril de petróleo.

Assim, o Governo Federal propôs no Senado a previsão de que R\$ 10,5 bilhões (15% da arrecadação com a cessão onerosa) serão destinados aos municípios, e outros R\$ 10,5 bilhões, aos Estados e ao Distrito Federal. Por isso, essa é uma das medidas que pode beneficiar a Economia de Goiás.

“Não podemos tergiversar, se queremos um Estado mais promissor, equilibrado fiscalmente e entregando boas e consistentes políticas públicas para os 7 milhões de cidadãos goianos. Uma reforma estrutural, que ajuste perenemente o fluxo de caixa do Estado, é, assim, imprescindível. Não se consegue arrumar um problema de fluxo com dinheiro de estoque, temos que seguir forte no ajuste e a reforma da previdência é um sumamente relevante”, disse em referência a aprovação da utilização de recursos de depósitos judiciais pelo Executivo.